

PROJETO DE LEI N° 278 /2022.

Autor: Deputado Saullo Vianna

CONCEDE o Título de Cidadão do Amazonas ao Dr. Flávio Eduardo Wanderley Britto.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art.1° Nos termos da Resolução Legislativa n° 71 de 15 de dezembro de 1977, fica concedido o Título de Cidadão do Amazonas ao Dr. Flávio Eduardo Wanderley Britto.

Parágrafo único. A entrega do título será realizada em reunião especial da Assembleia Legislativa, que ocorrerá em dia e hora definidos pela Mesa Diretora deste Poder.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 8 de junho de 2022.

SAULLO VIANNA

Deputado Estadual





JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por objetivo conceder o Título de Cidadão do Amazonas ao Dr. Flávio Eduardo Wanderley Britto.

Percebe-se que a propositura se encontra respaldada nos termos da Resolução legislativa nº 71 de 15 de dezembro de 1977, a qual exige os seguintes:

- O Título de CIDADÃO DO AMAZONAS será concedido à pessoa que:
- a) Hajam prestado, ao Estado, e ao povo, relevantes serviços, em qualquer campo de atividade, pessoal e diretamente;
- b) Resida ou tenha residido no território do Estado; c) Possua caráter escorreito e conduta ilibada.

O Dr. Flávio Eduardo Wanderley Britto, nascido em 22 de julho 1970 no Estado do Rio de Janeiro, Casado, filho de Flávio da Costa Britto e Iná Wanderley Lins, advogado, graduado no Curso de Direito, iniciada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC / RJ e concluída na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal — AEUDF (1999). Pós-Graduado pela Escola da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (2001).

Advogado / Profissional Liberal, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, aprovado no Exame de Ordem, recebendo o certificado de habilitação na data de 07 de junho de 1999 e prestando compromisso na OAB / DF na data de 06 de julho de 1999. Advogado militante, com mais de dezenove anos de experiência, com atuação principal no âmbito do Distrito Federal, junto a empresas, associações civis, partidos políticos, cooperativas, sindicatos e entidades não governamentais, com dedicação em pesquisas acadêmicas direcionadas ao aprimoramento das normas do direito eleitoral.





Árbitro integrante da Câmara Arbitral do Distrito Federal (Setembro de 2009 até o presente momento). -Advogado e Diretor do escritório Flávio Britto e Cristiane Britto Advocacia e Consultoria Jurídica & Advogados Associados S / S. Professor da Faculdade Republicana (1ª Faculdade Homologada pelo Ministério da Educação vinculada a uma Fundação Partidária).

Mentor / Coordenador da Pós Graduação de Direito Eleitoral da Faculdade Republicana (1ª Faculdade Homologada pelo Ministério da Educação vinculada a uma Fundação Partidária).

Especialista em Direito Constitucional Eleitoral realizado pela Escola Judiciária Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral / TSE e Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal / TRE-DF) em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB), realizado no período de 13 de abril de 2007 a 13 de outubro de 2008, tendo apresentado monografia com o título "A Reforma Política e o Voto Uninominal", sendo aprovado em todas as disciplinas com a nota máxima SS. - Curso de Especialização em Marketing Político realizado pela Faculdade Juscelino Kubitschek em conjunto com o Centro Max Weber de Altos Estudos, realizado no período de 05 de abril de 2013 a 20 de setembro de 2014, tendo apresentado monografia com o título "Voto Distrital, Recall e Marketing Político: Das Estratégias de Campanha à Revogação do Mandato", sendo aprovado em todas as disciplinas com a nota máxima SS.

O homenageado possui Curso de Formação Política, realizado no período de 01 de março de 1988 a 31 de maio de 1988, pelo Partido Liberal - RJ (1988). Curso de Formação Política, realizado no período de 04 de julho de 1988 a 08 de julho de 1988, pelo Partido Liberal - RJ (1988). - Curso de Gerência de Marketing (SENAC - RJ / 1989). - Curso de Gerência Administrativa (SENAC - RJ / 1989). - Curso de Técnicas Administrativas (SENAC - RJ / 1989). - Curso de Chefia e Liderança (SENAC - RJ / 1989). - Curso de Direito Ambiental (OAB - DF / 2002). - Curso de Direito Comercial (Instituto Processus de Cultura Jurídica - DF / 2002). - Curso de Legislação Eleitoral - Módulo I (Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal /





TRE-DF / 2007). - Curso de Legislação Eleitoral - Módulo II (Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal / TRE-DF / 2007).

Atuou na qualidade de Assessor Especial da Comissão de Assuntos Fundiários (COASF) e da Comissão de Titulação de Terras (CTT) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (S.M.D.S.), na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - RJ - (Fevereiro de 1993 a Julho de 1993). Foi Assessor Especial à disposição da Procuradoria Jurídica do Serviço Social da Indústria (SESI – DN), na Confederação Nacional da Indústria (C.N.I.) - (Setembro de 1993 a Junho de 1995). Diretor da empresa F.B.I.W. Assessoria Ltda. (Junho de 1995 a Março de 2003), através da qual, prestou serviços técnicos às seguintes entidades:

a) Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos - SP; Prefeitura Municipal de Bertioga - SP; Prefeitura Municipal de Caraguatatuba - SP; Prefeitura Municipal de Guaratinguetá - SP; Prefeitura Municipal de Ilhabela - SP; Prefeitura Municipal de Jequitinhonha - MG; Prefeitura Municipal de Passa Quatro - MG; Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista - SP; Prefeitura Municipal de São Lourenço - MG; Prefeitura Municipal de Sertãozinho - SP; Prefeitura Municipal de Ubatuba - SP; Prefeitura Municipal de Valente - BA; Atuou como Representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP junto aos Três Poderes Federais - (Julho de 1996 a Julho de 2002).

Assim, constata-se que o homenageado Dr. Flávio Eduardo Wanderley Britto, preenche os requisitos supracitados, haja vista os relevantes serviços prestados, possui a reconhecida idoneidade moral que é a qualidade de pessoa íntegra, ou seja, possui caráter escorreito e conduta ilibada exigida pela Resolução nº 71 de 15 de dezembro de 1977.





Em face dos argumentos acima mencionados, solicito a compreensão dos nobres pares para que este projeto seja deliberado e aprovado por esta Casa.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 8 de junho de 2022.

SAULLO VIANNA

Deputado Estadual



Documento 2022.10000.00000.9.023554 Data 08/06/2022



TRAMITAÇÃO Documento Nº 2022.10000.00000.9.023554

Origem

Unidade: DEP. SAULLO VIANNA Enviado por: DANIELE CASAS PORTO

Data: 08/06/2022

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO

:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS **Despacho:** PARA PROVIDENCIAS